

ambiente

Garimpos avançam sobre unidades de conservação e Terras Indígenas

Relatório do Greenpeace com base no Deter alerta para avanço do desmatamento na Amazônia

Monica Prestes

MANAUS De janeiro a abril deste ano, 72% do desmatamento provocado por garimpos ilegais em atividade na Amazônia estavam concentrados em áreas protegidas, como Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), segundo apontam alertas de desmatamento do Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O desmatamento provocado pelos garimpos ilegais nas UCs aumentou 80,6% nos quatro primeiros meses de 2020, em comparação com o mesmo período do ano passado. Ao todo, a atividade garimpeira desmatou 487 hectares de floresta de janeiro a abril de 2019 e, neste ano, a área desmatada foi de 879 hectares.

Já a área de desmatamento para garimpos ilegais dentro de TIs da Amazônia aumentou 13,4% no período de janeiro a abril de 2020, em comparação com os mesmos quatro primeiros meses de 2019.

Os dados do Deter são o pano de fundo de um relatório que o Greenpeace divulgou nesta quinta (25). O documento aponta que garimpos estão expandindo áreas de desmatamento ilegal dentro de UCs e TIs da Amazônia em plena pandemia de Covid-19 e retêm registros fotográficos da devastação ligada ao garimpo ilegal em pelo menos quatro áreas protegidas federais.

Se, no ano passado, o garimpo foi responsável por desmatar 383 hectares nas TIs amazônicas, nos quatro primeiros meses deste ano a área desmatada nessas territórios foi de 434 hectares. De forma geral, o desmatamento nas terras indígenas aumentou 64% nos primeiros quatro meses de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019.

O cenário motivou o Ministério Público Federal (MPF) a entrar com ação exigindo medidas do governo federal contra a mineração ilegal em TIs,



Imagem feita no dia 12 de maio mostra invasão de garimpeiros na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Chico Batista/Greenpeace/APP

entre elas a TI Mundurucu e a TI Sai Cinza, no Pará.

As quatro áreas mais desmatadas pelo garimpo na Amazônia nos primeiros quatro meses de 2020 são de gestão federal, segundo o Greenpeace: Parque Nacional (Parna) do Jamanxim, Floresta Nacional (Flona) de Altamira e as TIs Mundurucu e Sai Cinza.

São imensas clareiras abertas na meio da floresta, com uma movimentação intensa de pessoas, maquinário pesado, veículos e uma ampla infraestrutura de estradas e até pistas de pouso improvisadas.

Todas ficam no Pará, estado que lidera o desmatamento na Amazônia e que registrou aumento de 170% nas áreas de alerta de desmatamento do Deter de agosto de 2019 a abril de 2020, em comparação com o mesmo período dos anos anteriores.

No Parna do Jamanxim, unidade de conservação de proteção integral onde a explora-

ção mineral é proibida, foram detectados mais de 23 hectares de desmatamento provocados pela atividade garimpeira de janeiro a abril.

A Flona de Altamira se destaca negativamente no desmatamento ligado aos garimpos ilegais na Amazônia, apontou o Greenpeace. Lá, segundo alertas do Deter, foram desmatados mais de 13 hectares de floresta só nos primeiros quatro meses deste ano.

Entre as terras indígenas mais desmatadas em decorrência da atividade garimpeira na Amazônia em 2020, a TI Mundurucu e a TI Sai Cinza, ambas habitadas pelo povo mundurucu, são as que mais preocupam. Juntas, as duas concentram 60% dos alertas de desmatamento para garimpo em TIs da Amazônia identificados pelo Inpe de janeiro a abril, aponta o Greenpeace.

Na TI Sai Cinza o desmatamento para garimpo começou neste ano, com pouco mais de

21 hectares desmatados de janeiro a abril. As imagens do sobrevôo realizado pelo Greenpeace dias 12 e 13 de maio, que flagaram a presença de tratores, retroscavadeiras hidráulicas e estradas abertas há pouco tempo, sugerem que o garimpo ali é recente.

Equipamentos e maquinário também foram fotografados na TI Mundurucu, onde a situação é ainda mais alarmante: lá foram desmatados 241 hectares de floresta nos primeiros quatro meses de 2020, 58% mais que no mesmo período do ano passado, segundo dados do Deter.

A disputa entre garimpeiros e índios mundurucus existe há mais de quatro décadas. A primeira incursão de garimpeiros em busca de ouro começou em 1982, mas os índios expulsaram os invasores.

No entanto, em meados de 2010 os garimpeiros retornaram, invadindo terras ocupadas por dezenas de aldeias e

cooptando o índios para trabalhar no garimpo ilegal. Na TI Mundurucu os indígenas já perderam controle de parte do território. Agora, a preocupação tem mais um motivo: os casos de Covid-19.

Liderança mundurucu, Alessandra Korap defende a demarcação de todos os territórios indígenas como medida fundamental para a defesa dos direitos dos índios, mas reconhece que esse melhoramento do processo não é suficiente para garantir isso.

“Por isso é que não somos a favor da legalização da mineração em TIs. Nem conseguimos concluir o reconhecimento de um território e já querem explorar”, disse Korap.

Para ela, o momento não é de discutir a mineração em terras indígenas, mas sim a homologação das TIs ainda não homologadas e a proteção das demais, de forma a proteger a população indígena, também, do coronavírus.

“Estamos fazendo uma campanha para montar um hospital de campanha dentro da aldeia, arrecadando material hospitalar, e vamos pedir ao Governo do Pará que contrate profissionais de saúde para atender na aldeia, porque os índios não querem vir para a cidade. Eles estão com medo”, afirmou.

Outra área protegida afetada que sofre com o aumento da pressão do garimpo ilegal é a TI Yanomami, nos estados de Roraima e Amazonas.

Temendo que a expansão da atividade garimpeira em meio à pandemia colabore para a disseminação de casos de Covid-19 entre indígenas, lideranças yanomami e y'kwana lançaram a campanha #ForaGarimpoForaCovid, que cobra a retirada dos mais de 20 mil garimpeiros da terra indígena.

A TI Yanomami está no ranking das mais vulneráveis para a Covid-19, segundo levantamento do Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que calculou que, no pior cenário, 5,600 dos 13,800 yanomamis (40% do total) podem se infectar, e o número de mortes pode chegar a 896 indígenas.

Para a coordenadora da campanha Amazônia do Greenpeace, Carol Marçal, o cenário alarmante é reflexo de medidas adotadas pelo governo federal que flexibilizam a legislação ambiental e normas infralegais, enfraquecendo a proteção ambiental e violando direitos indígenas.

Entre essas medidas estão os Projetos de Lei (PL) 191/2020, que pretende permitir a exploração mineral e hídrica em terras indígenas, e o PL 2633/2020, que, segundo o Greenpeace, vai permitir a legalização de grilagens feitas em terras públicas até dezembro de 2018.

Há ainda a instrução normativa 09/2020, da Fundação Nacional do Índio (Funai), que está sendo contestada por lideranças indígenas de todo o país, por, segundo elas, estimular a ocupação de territórios indígenas em processo de demarcação por não indígenas.

“Todas essas medidas têm um reflexo imediato, que é a intensificação dessas atividades ilegais”, afirmou Carol Marçal.

A Folha entrou em contato com o Ibama e a Funai, mas nenhum dos órgãos respondeu às perguntas até a conclusão deste texto.

Amazônia sofre maior alta nas queimadas desde 2007

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO Entrando em seu período mais seco, a Amazônia já tem as três primeiras semanas de junho com maior número de focos de incêndio desde 2007. Do início do ano até agora, os registros de queimadas também cresceram na maior parte dos estados do bioma, em comparação com 2019, ano marcado pelas queimadas que chamuscaram a imagem ambiental internacional do Brasil.

Entre o primeiro dia de junho e o dia 21, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), por meio do Programa Queimadas, detectou 1.469 focos de incêndio na Amazônia. O valor é 30,5% maior do que o documentado no mesmo espaço de tempo em 2019 (1.125 focos).

Os incêndios estão concentrados em Mato Grosso e Pará, que lideraram o ranking de desmatamento em 2018 e 2019. No último ano, a destruição da floresta bateu o recorde da década e superou 10.000 km² de mata devastada. Pela análise feita pela ONG WWF-Brasil, o número de focos de incêndio no bioma nas primeiras semanas de junho está cerca de 50% acima da média dos dez anos anteriores (2010 a 2019).

“Esse mês já começa a refletir como vai ser a estação que está por vir”, diz Edegar de Oliveira, diretor de conservação

e restauração da WWF-Brasil.

Além do aumento geral até aqui em junho, a maior parte dos estados que fazem parte da Amazônia legal teve crescimento no número de focos em relação ao ano anterior, inclusive os líderes de queimadas Mato Grosso e Pará.

Os maiores aumentos percentuais, porém, foram no Amazonas (52%), Acre (50%) e Amapá (75%, de 4 para 7 focos).

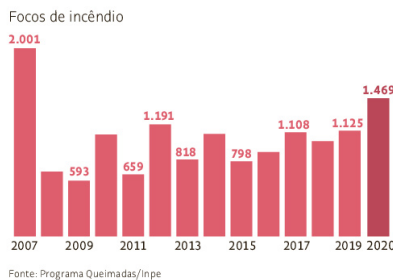
Maranhão e Tocantins tiveram reduções de focos de incêndio de cerca de 34% e 20%, respectivamente.

A redução mais acentuada, no tempo transcorrido de 2020 até agora, ocorreu em Roraima, com quase 3.000 focos de fogo a menos (queda de 64%).

Ane Alencar, diretora de ciência do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), diz que, ao olhar o bioma em um todo, há uma redução nos focos puxada por Roraima. Mas “Mato Grosso está maior, Pará está maior, Rondônia maior, Amazonas maior. Esses quatro estados representam grande parte do desmatamento na Amazônia”.

Pesquisadores alertaram que as queimadas em 2020 poderiam ser mais graves, considerando o desmatamento em 2019 e os recordes mensais de devastação da floresta documentados pelo Deter (programa do Inpe que indica desmatamento praticamente em tempo real para auxiliar opera-

Queimadas Amazônicas de 1º a 21 de junho



Fonte: Programa Queimadas/Inpe

ções de fiscalização e que pode ser usado para identificar tendências de aumento ou redução na destruição da floresta).

As queimadas e o desmatamento da Amazônia estão ligados. O fogo é usado para limpar áreas anteriormente derrubadas.

Segundo nota do Ipam, considerando a vegetação derrubada entre janeiro de 2019 e abril de 2020, ainda há 4,599 km² de mata derrubada para ser queimada — cerca de 45% do que foi desmatado no período (boa parte ainda em 2019).

A nota lista pontos críticos que podem sofrer com queimadas por terem vegetação derrubada ainda não incendiada. No Pará, são: arco que liga a região de Altamira e São Félix do Xingu, principalmen-

te as terras indígenas Itanaaitá, Apterewaga Trinchira-Bacajá, além da Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu; rodovia Transamazônica no trecho entre Altamira e Rurópolis, destacando-se a Terra Indígena Cachoeira Seca; região de Novo Progresso e Castelo dos Sonhos, principalmente a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim; e região do Baixo Amazonas.

Em MT, pontos críticos estão em Colniza, Cotriguaçu, Aripuanã, Apiaçás; e nas regiões a oeste do Parque Indígena do Xingu, além da região de Marcelândia e União do Sul.

A preocupação dos especialistas também volta-se ao efeito na saúde da população. “O que nos preocupa é ocasimen-

to da Covid com as queimadas. Quando há muita queimada, gera impacto na saúde pública. Com a Covid, é temeroso para a população”, diz Oliveira.

Um informe técnico da Fiocruz, através do Observatório de Clima e Saúde, do ano passado constatou aumento de interações de crianças por causa de problemas respiratórios nas regiões com maiores concentrações de queimadas.

“Na área do Arco do Desmatamento, só em maio e junho de 2019 foram cerca de 5.000 interações de crianças por mês, o dobro do valor esperado”, diz a nota da Fiocruz.

Com isso, queimadas e pandemia de Covid-19 na região amazônica poderia provocar “tempestade perfeita” e causar mais mortes, diz o Ipam.

Jair Bolsonaro vem sendo cobrado no cenário internacional. Membros do Parlamento Europeu enviaram carta aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Daçolândia, pedindo ação do Congresso para “manter a estrutura legal necessária para proteger as florestas brasileiras e os direitos indígenas”.

Na segunda-feira (22), fundos de investimento e de pensão que juntos administram US\$ 4,1 trilhões (R\$ 21,6 trilhões) enviaram carta aberta a sete embaixadas brasileiras na Europa, no Japão e nos EUA pedindo reunião para discutir o desmatamento.

Pó do Saara chega à Flórida e encobre Porto Rico e Cuba

MIAMI AFP Uma nuvem de pó do deserto do Saara, que cobre a ilha caribenha de Porto Rico desde o domingo, começou a afetar o sul da Flórida na quarta (24) e deve encobrir até esta sexta (26) a ilha de Cuba, onde provocou um recorde de calor, alertaram autoridades americanas e cubanas. Impulsionado por ventos fortes, o pó do Saara viaja através do Oceano Atlântico do oeste da África durante a primavera no hemisfério norte.

Nesta ocasião, a massa de ar seca e poeirenta percorreu 8.000 km até o Caribe e começou a encobrir desde o domingo San Juan, capital de Porto Rico, que parecia envolta em uma camada de neblina. Agora, um sistema de alta pressão empurra o pó saariano até a costa do Golfo da Flórida.

Na segunda (22), a qualidade do ar no mar do Caribe tinha chegado ao nível “perigoso”. Isto “provoca uma deterioração considerável da qualidade do ar”, explicou o cientista cubano Eugenio Mojena.

Segundo Mojena, especialista na área, essas nuvens são carregadas de materiais “altamente nocivos para a saúde humana” e “os diferentes ecossistemas marinhos e terrestres”.